



O CONHECIMENTO GEOGRÁFICO DIANTE DAS MUDAÇAS NAS POLÍTICAS DE CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO

Maria Ferreira Gomes¹
Lenilton Francisco de Assis²

RESUMO

A pesquisa analisa os desafios do conhecimento geográfico diante das mudanças nas políticas de currículo derivadas da Reforma do Ensino Médio brasileiro (Lei n.º 13.415/2017). Para isso, toma como estudo de caso duas escolas estaduais do município de Ipu (CE). As reflexões teórico-metodológicas do trabalho são direcionadas por vários autores que investigam as políticas de currículo no Brasil e no mundo. Pela natureza da investigação, utilizamos a abordagem qualitativa do tipo estudo de caso. Confrontamos as visões de dois professores(as) de Geografia e dois coordenadores(as) pedagógicos(as) das escolas selecionadas. Constatamos que ambas as unidades de ensino trabalham com o Núcleo Trabalho, Pesquisa e demais Práticas Sociais (NTPPS), projeto elaborado pela Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC) em 2012. Para sua implantação, as escolas reduziram a carga horária de algumas disciplinas do currículo obrigatório, entre estas a Geografia. Foram inseridas no currículo de cada turma quatro horas/aulas do componente Desenvolvimento Pessoal e Social e Pesquisa (DPS/P) e apenas uma hora/aula de Geografia. Esse fato tem redefinido a prática docente e consequentemente a aprendizagem dos estudantes, pela falta de conteúdos importantes para suas formações. Os professores ressaltaram a importância de mais aulas de Geografia no currículo das escolas investigadas. No momento de incertezas quanto à permanência de determinados conteúdos no currículo oficial nacional, é importante que os profissionais das áreas mais afetadas questionem e discutam sobre o quanto a negligência de determinados conhecimentos no currículo escolar pode prejudicar a formação humana dos estudantes brasileiros.

Palavras-chave: Geografia; Reforma do ensino médio; Currículo; Política Educacional; Ensino de Geografia.

ABSTRACT

The research analyzes the challenges of geographic knowledge in the face of changes in curriculum policies derived from the Brazilian High School Reform (Law No. 13.415/2017). For this, it takes as case study two state schools in the municipality of Ipu (CE). The theoretical and methodological reflections of the work are directed by several authors who investigate the curriculum policies in Brazil and in the world. By the nature of the research, we used the qualitative approach of case study type. We confronted the visions of two Geography teachers and two pedagogical coordinators of the selected schools. We found that both teaching units work with the Nucleus of Work, Research and other Social Practices (NTPPS), a project elaborated by the Education Secretary of Ceará (SEDUC) in 2012. For its implementation, the schools reduced the workload of some subjects of the compulsory curriculum, including Geography. Four hours of the Personal and Social Development and Research (DPS/P) component and only one hour of Geography were inserted in the curriculum of each class. This fact has redefined the teaching practice and consequently the students' learning, due to the lack of important

¹ Licenciada e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Professora de Geografia da Secretaria da Educação – SEDUC - Ceará. mariaferreiragomes511@gmail.com

² Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo - USP. Professor do Departamento de Metodologia da Educação e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. lenilton@yahoo.com



contents for their education. Teachers emphasize the importance of more Geography classes in the curriculum of the schools investigated. At a time of uncertainty about the permanence of certain content in the national official curriculum, it is important that professionals from the most affected areas question and discuss how the negligence of certain knowledge in the school curriculum can harm the human formation of Brazilian student.

Keywords: Geography; High School Reform; Curriculum; Educational Policy; Teaching of Geography.

INTRODUÇÃO

No currículo escolar brasileiro, é esperada a inserção de conteúdos da Geografia que oportunizem aos alunos a construção do pensamento espacial. Todavia, a forma como foram dispostos os itinerários formativos da Reforma do Ensino Médio (Lei n.º 13.415/2017) deixa muitos questionamentos sobre como vem sendo organizados os conteúdos a serem ensinados nas escolas. Apostando que a “solução” do ensino médio se dará com a mudança do currículo e a ampliação da escola de tempo integral, a referida Lei da Reforma propôs a oferta de cinco itinerários formativos, quais sejam: a) Linguagens e suas tecnologias; b) Matemática e suas tecnologias; c) Ciências da natureza e suas tecnologias; d) Ciências humanas e sociais aplicadas; e) Formação técnica e profissional.

Diante da realidade de muitas escolas do país, é dada como incerta a capacidade de os pequenos municípios oferecerem simultaneamente esses itinerários. Ademais, a reforma resgata a figura do professor de notório saber — o que representa um retrocesso no campo da formação, da profissionalização e da valorização docente.

Fica explícito para os profissionais da educação que o tipo de ensino proposto poderá ocasionar muitos prejuízos, mormente aos estudantes de menor poder aquisitivo. Estes deixarão de ter acesso a conhecimentos fundamentais para suas formações, reduzindo as oportunidades de seguir nos estudos e de alcançar melhores empregos. A reforma tende a privilegiar a oferta do ensino técnico de baixa qualidade que não preparará devidamente o aluno para o mercado de trabalho e nem para o ingresso na universidade.

Essa proposta de um ensino médio cada vez mais excludente para os pobres tornou-se política educacional do Governo Federal que, na entrevista do atual ministro da Educação, Milton Ribeiro, explicita sua intencionalidade: “(O diploma de ensino superior) não é garantia de que você (jovem) sairá empregado. Por isso, opte por uma escola de nível técnico. [...] E se você tiver a vocação no futuro, de estudar (na universidade), faça isso. Mas com salário, condições, equilíbrio. Você vai poder escolher o curso, quem sabe até pagar pelo curso.” (MARQUES, 2021).



O retorno à dualidade estrutural historicamente presente no ensino médio brasileiro (KUENZER, 2000) recupera a defesa (agora, mais escrachada) de uma formação diferenciada por classes sociais. Para os mais pobres, destina-se a escola técnica para formar mão de obra para as empresas. Para os mais abastados, reserva-se a universidade para os poucos que vão comandar a economia e constituir a intelectualidade do país. O retrocesso das políticas educacionais se insere na tendência geral de precarização do país depois do golpe jurídico-midiático-parlamentar consumado em 31 de agosto de 2016 com a deposição da então presidenta da república Dilma Rousseff (SAVIANI, 2020). Decorreram daí mudanças bruscas das políticas curriculares (a exemplo da Reforma do Ensino Médio, da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica, a BNCC, da Base Nacional de Formação de Professores, a BNC-Formação) que levaram também as avaliações externas a ditarem transformações importantes na seleção dos conhecimentos ofertados à sociedade por muitas instituições de ensino.

O fato de hoje as avaliações externas estarem presentes no cotidiano das escolas faz com que conhecimentos de algumas disciplinas, como Matemática, Língua Portuguesa e Língua Inglesa sobressaíam-se em relação às demais — principalmente às disciplinas das Ciências Humanas, que não têm seus conteúdos avaliados em determinados exames, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), que acontecem nos âmbitos nacional e estadual, respectivamente.

Nesse sentido, após leituras de autores como Kuenzer (2000), Moreira e Candau (2007), Apple (2013), Rocha (2014), Cavalcanti (2010, 2012), Goodson (2007), Vesentini (2009) — além de outros que abordam as temáticas currículo, ensino de Geografia e ensino médio —, definimos como objetivo deste trabalho analisar o conhecimento geográfico diante das mudanças nas políticas de currículo do ensino médio em duas escolas estaduais de ensino médio localizadas no município de Ipu-Ceará³.

Conforme o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município do Ipu possui uma população de 40.296 habitantes. Conta com trinta escolas municipais, cinco escolas particulares e cinco escolas estaduais de ensino médio, sendo uma de ensino integrado à educação profissional. Esses números fazem do município uma referência na educação da região. Atualmente, Ipu recebe alunos de municípios vizinhos, como Pires

³ Recorte da pesquisa realizada no Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA/Sobral – Ceará (GOMES, 2018). Adaptamos e revisamos partes do texto dessa dissertação cuja problemática tornou-se ainda mais relevante com a recente implantação da Reforma do Ensino Médio e da BNCC nas escolas.

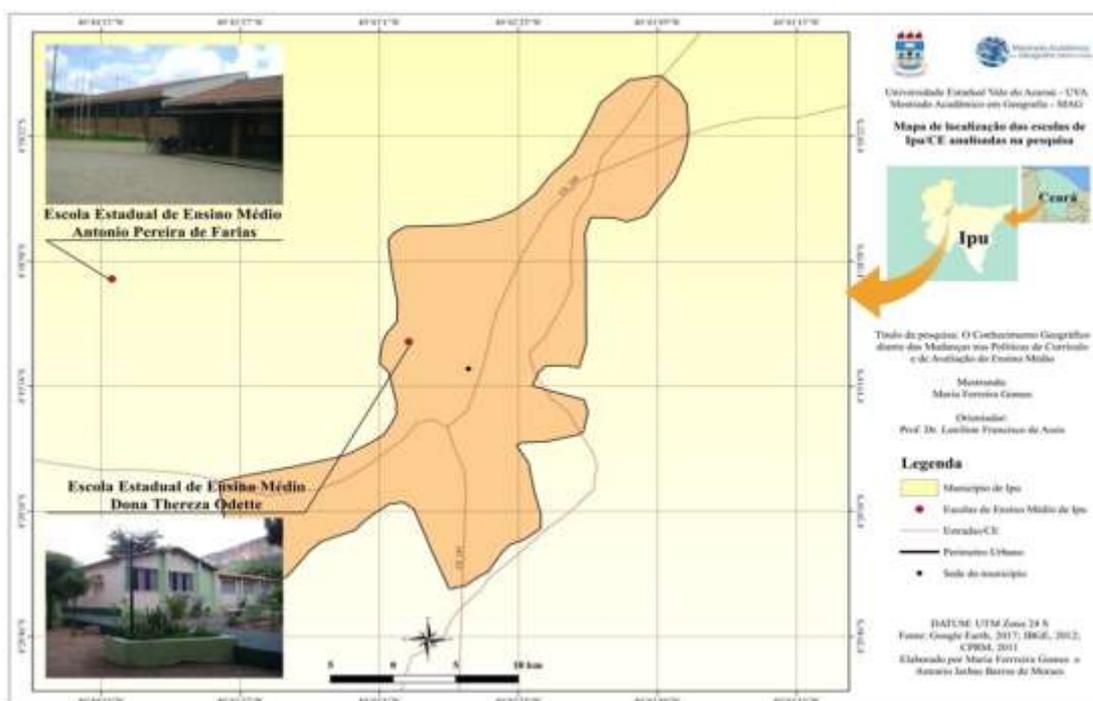


Ferreira e Ipueiras, sobretudo à procura das escolas particulares e do ensino médio técnico de tempo integral.

Das quatro escolas que ofertam o ensino médio regular no município, duas trabalham com um currículo diferenciado, que adotou o Núcleo Trabalho, Pesquisa e demais Práticas Sociais (NTPPS) em 2014. Assim, em virtude da especificidade do currículo dessas escolas, elegemos como estudo de caso a Escola Estadual de Ensino Médio Dona Thereza Odette, localizada na sede do município, e a Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Pereira de Farias, situada no distrito Várzea do Jiló, conforme representadas na figura 1.

A proposta do Núcleo é fornecer um apoio às escolas e promover a reorganização

Figura 1 – Mapa de localização das escolas de Ipu (CE) analisadas na pesquisa



Fonte: Adaptado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2017.

curricular do ensino médio – o que também serviu de “referência” para o início da Reforma do Ensino Médio, em 2016, e a BNCC, em 2017. Para tanto, busca induzir novas práticas de ensino que possibilitem o desenvolvimento de competências socioemocionais nos estudantes, por meio da inserção no currículo do componente Desenvolvimento Pessoal e Social e Pesquisa (DPS/P).

Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizamos a abordagem qualitativa do tipo estudo de caso que, segundo Lüdke e André (2015, p. 22), “[...] busca retratar a realidade de forma completa e profunda. O pesquisador procura revelar a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação ou problema, focalizando-o como um todo”.



Quanto aos procedimentos, realizamos uma pesquisa bibliográfica para traçar os objetivos e o percurso metodológico mais adequado ao estudo. Depois, aplicamos entrevistas semiestruturadas com dois coordenadores pedagógicos e dois professores de Geografia das escolas selecionadas.

[...] Na entrevista, a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. Especialmente nas entrevistas não totalmente estruturadas, onde não há a imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista (LÜDKE; ANDRÉ, 2015, p. 33-34).

Em 2017, ano em que aplicamos as entrevistas, ambas as escolas contavam com um total de 180 e 301 alunos matriculados respectivamente nas três séries do ensino médio.

A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA NO CURRÍCULO ESCOLAR

Para analisar as disciplinas escolares que integram o currículo do ensino médio, é necessário discutir questões relacionadas ao contexto social, político, econômico, cultural e histórico do país, na busca de levantar uma discussão pautada nas relações desenvolvidas ao longo de suas construções, as quais envolvem relações dialéticas, de hierarquias e de poder. Sobre esse assunto, os autores Souza Júnior e Galvão (2005, p. 396) ressaltam que

[...] as disciplinas escolares não se estabelecem no currículo escolar de maneira pacífica, conformando-se às orientações oficiais, mas ao contrário, guardam relações conflituosas com as teorizações acadêmicas e as recomendações oficiais, ora acatando-as, ora resistindo a elas, ora reformando-as ou deformando-as.

É necessário, então, que as instituições escolares estejam atentas para as mudanças que ocorrem na sociedade, adaptando seus currículos quando necessário com o objetivo de atender às necessidades de seu público, que se torna cada vez mais diversificado e “antelado” com as questões tecnológicas. Assim, pensar um currículo certamente requer amplo debate, pois existem diversos direcionamentos possíveis para sua construção. É preciso ampliar a discussão para que possamos ter uma noção de sua real funcionalidade no cotidiano e nas práticas escolares.

Como visto, o currículo apresenta uma complexidade de objetivos que orientam o trabalho escolar, e isso acontece a partir do direcionamento que é dado às suas ações e dos compromissos estabelecidos no âmbito de cada instituição. As disciplinas e seus conteúdos precisam ser elencados e dispostos de maneira que garantam maior visibilidade e reordenamento do ensino e da prática docente.



No entanto, pensar um currículo que atenda às demandas do mundo moderno é um desafio para os educadores. A escola precisa abraçar, muitas vezes de modo impositivo, causas e objetivos para que as demandas do mercado de trabalho sejam contempladas – o que nem sempre coincide com as demandas da sociedade e, muito menos dos jovens escolares.

Goodson (2007, p. 250) coloca que

Grande parte da literatura sobre aprendizagem falha na abordagem dessa questão crucial do interesse, por isso a aprendizagem é vista como uma tarefa formal que não se relaciona com as necessidades e interesses dos alunos, uma vez que muito do planejamento curricular se baseia nas definições prescritivas sobre o que se deve aprender, sem nenhuma compreensão da situação de vida dos alunos. Como resultado, um grande número de planejamentos curriculares fracassa porque o aluno simplesmente não se sente atraído ou engajado. Dessa forma, ver a aprendizagem como algo ligado à história de vida é entender que ela está situada em um contexto, e que também tem história – tanto em termos de histórias de vida dos indivíduos e histórias e trajetórias das instituições que oferecem oportunidades formais de aprendizagem, como de histórias de comunidades e situações em que a aprendizagem informal se desenvolve.

Tendo em vista as abordagens que ao longo da história esse documento proporciona ao sistema educacional, estudiosos do currículo questionam até que ponto a sua concepção sugere novas discussões, que são importantes para inserir variadas realidades de um contexto social, cultural, econômico e político. É o currículo que regulamenta e organiza os conteúdos escolares para que os professores tenham suporte para o trabalho docente.

Todos na escola – gestores, professores, alunos e funcionários – exercem um papel fundamental na construção do currículo, pois é por meio dele que a escola se organiza e funciona. Nesse sentido, Moreira e Candau (2007, p. 19) ratificam:

Pode-se afirmar que é por intermédio do currículo que as ‘coisas’ acontecem na escola. No currículo se sistematizam nossos esforços pedagógicos. O currículo é, em outras palavras, o coração da escola, o espaço central em que todos atuamos, o que nos torna, nos diferentes níveis do processo educacional, responsáveis por sua elaboração.

Percebe-se, então, como é importante o envolvimento da comunidade escolar na construção do currículo, pois o planejamento e as ações desenvolvidas no âmbito do coletivo escolar é que vão permitir que o aluno se desenvolva nos aspectos social, político e intelectual. A flexibilidade do currículo faz com que ele seja constantemente discutido pelos profissionais das escolas. É um documento de construção e de ação coletiva que todos devem conhecer, praticar e repensar cotidianamente. Por esse motivo, não pode ser menosprezado ou



negligenciado, mas alvo de muitas reflexões.

Podemos dizer que o currículo orienta e representa o cotidiano da escola, necessitando que todos na instituição tenham interesse em fazer com que a sua elaboração e execução aconteça de forma consciente e efetiva. Ele é o fundamento de qualquer sistema de ensino.

As transformações que têm ocorrido no sistema educacional brasileiro, sobretudo com o surgimento da LDB n.º 9.394/96, da Reforma do Ensino Médio e da BNCC, refletiram no currículo e na prática cotidiana do professor em sala de aula. Tais dispositivos legais modificam e atraem questionamentos sobre o que deve ser colocado como prioridade para o ensino na sala de aula. Ferreira (2007, p. 9) salienta que

O currículo escolar sofreu, durante todo século passado, uma série de questionamentos, a maioria deles em torno da indagação: O que devemos ensinar? Na prática, ou seja, na mentalidade dos professores, nas situações de aprendizagem cotidianas, nas regulamentações da administração educativas, bem como nos livros textos, a ideia predominante é de transmissão de conhecimentos sintetizados nas disciplinas escolares.

O debate sobre a questão do que deve ser ensinado aos alunos no dia a dia da sala de aula é de difícil consenso, inicialmente. Vários fatores podem ser colocados como responsáveis por essa indefinição, uma vez que vai depender muito do objetivo que cada instituição queira alcançar.

Conforme ressaltado anteriormente, a Geografia, assim como as demais disciplinas das Ciências Humanas, tem sido negligenciada nos espaços escolares, principalmente pelos alunos, que não se sentem atraídos ou motivados a se aprofundarem em tais conhecimentos. Conscientes de que esse desinteresse é real, muitos professores têm tentado desenvolver estratégias que minimizem esta situação, pois reconhecem a importância da construção do pensamento espacial pelos alunos.

Sobre isso, Cavalcanti (2010, p. 1) alerta:

Pela experiência com os professores, ao ouvir seus testemunhos, ao observar suas práticas, é possível perceber que seus questionamentos giram em torno de 'estratégias' ou 'procedimentos' que devem adotar para fazer com que seus alunos se interessem por suas aulas, para conseguir disciplina nas turmas, para garantir autoridade em sala de aula, para convencer os alunos da importância da Geografia para suas vidas.

É necessário que os professores de Geografia saibam reconhecer e defender, nos espaços escolares, o quanto os conhecimentos da Geografia são fundamentais para o sucesso pessoal e intelectual dos alunos. Assim, eles terão confiança ao trabalhar os conteúdos no dia



a dia da sala de aula, fortalecendo a identidade da disciplina no currículo do ensino médio. Acerca disso, Giroto (2015, p. 72) entende que

O raciocínio geográfico pode ser concebido como a capacidade de estabelecer relações espaço-temporais entre fenômenos e processos em diferentes escalas geográficas. Sua origem precede o processo de sistematização do campo disciplinar da geografia ocorrido no final do século XIX, a partir das obras de Kant, Humboldt, Ritter, Ratzel e La Blache. Está na necessidade das primeiras sociedades humanas (nômades e seminômades) de se organizarem e se projetarem espacialmente, construindo para isso estratégias espaciais, fundamentais para a sobrevivência em um momento no qual proteção e alimento eram elementos escassos. Por isso, era necessário interpretar e produzir o espaço a partir dos interesses e estratégias de sobrevivência do grupo.

Portanto, saber Geografia não é apenas decorar determinado conteúdo, como tem se pensado ao longo de sua trajetória no currículo e no ensino, mas, ao mesmo tempo em que o aluno adquire conhecimentos para sua formação intelectual, também lhe deve ser permitido envolver-se com um mundo de relações produzidas pelos sujeitos nos espaços que o habitam.

Na sociedade globalizada, despertar para um mundo de valores que possibilite a construção de um sujeito que pense e aja diferente em sua comunidade é um legado que o ensino de Geografia deve proporcionar aos alunos do ensino médio, visto que o conhecimento geográfico, quando bem aplicado na teoria e na prática, vislumbra o desenvolvimento de ações que os indivíduos jamais imaginavam serem capazes de realizar.

Portanto, uma realidade conflituosa de um determinado território — seja por guerras, fome ou religião — pode ser transformada se as pessoas ali envolvidas tiverem um conhecimento prévio daquele local. Em várias situações do mundo moderno, o conhecimento de Geografia se aplica com muita exatidão, e a sociedade precisa se conscientizar de seu valor e contribuição. Nesse sentido, Vesentini (2009, p. 80) também ressalta:

Conhecer geografia também é importante para os negócios, para a guerra e para a paz, para as relações internacionais, enfim. Foi exatamente essa a tônica do pronunciamento do então presidente da Associação Norte-Americana de Geógrafos durante uma Semana de Conscientização Geográfica: 'ignorar geografia é irresponsável. Ela é tão importante para os negócios e a política doméstica quanto para as decisões militares e de política exterior'.

Buscar respostas para os problemas — pessoais ou coletivos — é obrigação de qualquer cidadão, seja ele dotado ou não do saber formal, porém o que defendemos é que os conhecimentos geográficos poderão auxiliá-lo ainda mais nessa tarefa, conforme veremos adiante.



MUDANÇAS NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO CEARENSE: O CONHECIMENTO GEOGRÁFICO EM XEQUE

No Ceará, a implantação do Núcleo Trabalho, Pesquisa e demais Práticas Sociais (NTPPS) no currículo do ensino médio foi iniciada em 2012, em doze escolas. Esse número foi sendo ampliado gradativamente e, em 2014, o projeto já alcançava um total de oitenta e sete escolas. A implantação do projeto no ensino médio regular requereu a diminuição da carga horária de algumas disciplinas do currículo convencional. Inicialmente, a redução atingiu as disciplinas das Ciências Humanas (História e Geografia); posteriormente, também foi reduzida 1 (uma) hora/aula de outras disciplinas, tais como Biologia, Língua Portuguesa e Matemática.

Todavia, para a implantação de um projeto como esse que reestrutura o currículo, é necessária a discussão com a comunidade escolar dos pontos positivos e negativos da proposta, pois, conforme Orso (2017, p. 133),

[...] antes de iniciar a discussão acerca da questão, nos perguntamos: como fazê-la? O que é necessário pensar e considerar ao fazê-la? Basta olhar para a grade curricular, fazer um rearranjo, extirpar disciplinas que não nos são simpáticas e acrescentar outras? Quem deve participar da reestruturação? Os professores? Os alunos? A comunidade? Todos?

Tais questões deveriam orientar o debate prévio sobre as mudanças no currículo do ensino médio cearense – o que, de fato, não houve –, restringindo o papel dos professores a meros reprodutores de ideias prontas e prescritas no currículo oficial. Conforme Rocha (2014, p. 189),

Uma das funções do currículo prescrito é o estabelecimento de uma cultura comum para o conjunto da sociedade que se quer atingir e, ao ser prescrito para a educação obrigatória, explicita a intenção de implementação de um projeto unificado de educação nacional. É com essa intenção que se estabelecem mínimos e diretrizes curriculares que geram profundos impactos sobre a educação obrigatória pela qual passam todos os indivíduos.

No dia a dia do trabalho escolar, os professores devem lidar a todo momento com o currículo e os conhecimentos nele inseridos. É necessário que se dê a devida importância a este documento e que os conhecimentos de todas as disciplinas sejam igualmente valorizados. Conforme Moreira e Candau (2007, p. 21), o conhecimento



[...] é um dos elementos centrais do currículo e sua aprendizagem constitui condição indispensável para que os conhecimentos socialmente produzidos possam ser apreendidos, criticados e reconstruídos por todos/as os/as estudantes do país. Daí a necessidade de um ensino ativo e efetivo, com um/a professor/a comprometido(a), que conheça bem, escolha, organize e trabalhe os conhecimentos a serem aprendidos pelos(as) alunos(as). Daí a importância de selecionarmos, para inclusão no currículo, conhecimentos relevantes e significativos.

Nesse sentido, destacamos a importância dos conhecimentos da disciplina Geografia no currículo do ensino médio cearense, pois estes podem contribuir em vários aspectos para o desenvolvimento da aprendizagem espacial dos alunos, de forma que possam atuar criticamente no lugar e no mundo onde vivem. Ademais, o conhecimento geográfico também pode auxiliar na leitura e escrita dos estudantes.

Contudo, no ano de 2017, foi retirada do currículo do ensino médio da Escola Dona Thereza Odette, localizada no bairro Reino de França, em Ipu-Ceará, uma aula de Geografia, uma de História, uma de Língua Portuguesa e uma de Matemática para implantação do componente Desenvolvimento Pessoal e Social e Pesquisa (DPS/P). Ressalta-se, ainda, que as disciplinas das Ciências Humanas, desde o início do programa, são retiradas dos três anos, enquanto nas demais disciplinas das outras áreas acontecem uma espécie de rodízio por ano/série.

Na Escola Antônio Pereira de Farias, localizada no distrito Várzea do Jiló, na zona rural de Ipu, a inclusão das disciplinas do DPS/P se deu com a retirada de uma hora/aula de História e Geografia de todos os anos (1º, 2º e 3º), uma de Matemática no 1º ano, uma de Biologia no 3º ano e uma de Língua Portuguesa também do 1º ano.

Assim, para entendermos como acontece o ensino de Geografia nas escolas analisadas, primeiramente apresentaremos um questionamento feito aos coordenadores pedagógicos, que foi: como você avalia o ensino de Geografia aqui na escola? Observa motivação de alunos e professores para com esta disciplina?

Na nossa escola nós temos uma aula semanal de Geografia, visto que nós temos uma disciplina chamada de Núcleo, Trabalho Pesquisa e demais Práticas Sociais que toma uma das aulas de Geografia porque era para ser duas, então nós só temos uma aula por semana de Geografia. E aí o professor tem que se virar. E o professor (que é uma professora) procura focar no que é mais importante para poder trabalhar com os alunos trabalhando aqueles assuntos que serão cobrados em avaliações externas como o ENEM, os vestibulares e tudo o mais, porque é só uma aula por semana. Quanto à motivação dos alunos, por parte do professor, a gente vê que o professor tenta, o professor elabora, é uma professora muito capacitada, formada na área mesma de Geografia, também está fazendo um mestrado [...] mas por parte dos alunos a gente sente uma desmotivação interna. (Coordenador pedagógico da Escola Dona Thereza Odette).



Dado o resultado que a gente tem obtido nas disciplinas das Humanas, que, comparando com as demais, é bastante satisfatório, percebe-se que há o interesse do aluno em aprender sobre o espaço em que ele vive, sobre o mundo em que ele está inserido. Então, eu posso dizer que há um interesse bom dos alunos por estudar Geografia. [...] paralelamente a isso você tem aí o desempenho do professor; se o aluno está gostando é porque, de certa forma, está sendo motivado para que as aulas que são repassadas a ele aconteçam de forma bem mais dinâmica e participativa (Coordenador pedagógico da Escola Antônio Pereira de Farias).

O segundo questionamento feito aos coordenadores foi: em sua opinião, os conhecimentos geográficos são importantes para a formação dos estudantes do ensino médio? Vejamos as respostas.

Sim. Com certeza. Todo conhecimento é necessário para a formação do ser humano, para a formação do caráter. E a Geografia também. Ela traz muitos conhecimentos, principalmente quando leva o ser humano a ser uma pessoa crítica com relação ao mundo em que ele vive, em respeitar o ambiente, em conhecer a sua zona, o seu lugar geográfico com relação à formação das plantas, das serras, do cerrado e tudo mais. Mas o mais importante que eu destaco na Geografia é levar ele a ser uma pessoa crítica e também a respeitar o ambiente, o ambiente em que ele vive (Coordenador pedagógico da escola Dona Thereza Odette).

Com certeza. Nós não podemos estar alheios ao mundo que nos rodeia, principalmente no local em que a gente está inserido e eu acho que os alunos percebem isso, a importância de estudar Geografia, conhecer-se como cidadão que está em constante transformação de si próprio quanto do seu ambiente, haja vista que hoje o crescimento demográfico vem acarretando problemas mundiais e o estudante tem que ter conhecimento dessas transformações [...] tanto a questão do espaço físico, quanto também o lado humano [...] (Coordenador pedagógico da escola Antônio Pereira de Farias).

Partindo do que foi colocado pelos coordenadores em relação à importância de conhecermos as questões ambientais, podemos fazer uma relação com o pensamento de Vesentini (2009, p. 81-82) quando este destaca:

A geografia é a única disciplina escolar que une o social com o natural, isto é, a sociedade humana (com sua produção e consumo, suas civilizações, seu perfil demográfico, seus Estados com suas geopolíticas) com o mundo físico (a biosfera com seus ecossistemas, a interação do clima com o relevo, com as águas, com os solos, com a vegetação).

Portanto, a fim de compreendermos o que levou as escolas a retirar do currículo uma hora aula de Geografia, fez-se o seguinte questionamento: qual critério justifica a redução da carga horária de Geografia para a inserção de conteúdos do Núcleo Trabalho, Pesquisa e demais Práticas Sociais (NTPPS)?

Quando a gente aderiu a este projeto há três anos [...], [...] a gente observou [...] dois pontos fortes. Primeiro deles: ele leva o aluno a desenvolver suas competências socioemocionais, a se relacionar, a ter um controle, quando você perde alguma coisa, saber perder. E outro ponto forte que eu destaco nesse Núcleo de Trabalho, Pesquisa



e Práticas Sociais, é o cara, desde o primeiro ano, no segundo e no terceiro, já leva o aluno a ter uma curiosidade, a despertar em cima de certo problema. Aí aquele problema ele vai pesquisar quais são as causas daquele problema, vai levantar estudos sobre aquele problema até desenvolver uma espécie de um projeto. E nesta disciplina eles vão tendo este contato, esta curiosidade para poder fazer este trabalho. Então, com relação a tirar uma aula de Geografia, uma aula de História, ou até mesmo uma aula de Matemática, de Português e colocar estas aulas de Núcleo (que são quatro aulas semanais), não existe uma perda tão grande porque dentro destas aulas de Núcleo eles também estão trabalhando esta questão da consciência, da conscientização, eles estão traçando o projeto de vida deles, eles estão dando um sentido na vida deles, no estudo que eles estão fazendo[...] Por isso que eu defendo também a continuidade dessa disciplina por esses dois critérios: desenvolver nos alunos hoje, no século XXI, essas competências sócioemocionais, que são importantes[...]. Muitos estão se matando, muitos têm um momento e não sabe se controlar. E a gente poder trabalhar isso nos nossos jovens é muito importante (Coordenador da escola Dona Thereza Odette).

O Núcleo estuda de uma forma geral, com ênfase na questão do diálogo, do debate, mas, quando parte para a questão da pesquisa, percebe-se que é necessário que você tenha conhecimento das demais disciplinas. Estatisticamente, não sofremos assim grande perda de conteúdo porque os resultados do período[...] até o atual momento, tem sido um tanto quanto satisfatórios (Coordenador pedagógico da escola Antônio Pereira de Farias).

Percebemos que a forma como são abordados os conteúdos na disciplina de DPS/P poderia ser replicada em outras disciplinas entre estas a Geografia. Inclusive como conteúdos interdisciplinares e transversais, projetos pedagógicos ou integradores. Assim, não seria necessária a retirada de uma aula da disciplina do currículo tradicional que tem impactos na formação do estudante.

Adiante, questionamos os coordenadores até que ponto tem sido positivo ou negativo, para a aprendizagem dos alunos, a redução de uma hora/aula de Geografia no currículo?

Vejamos o que eles responderam:

A gente tem a perda de uma aula, não só de Geografia, mas também em outras disciplinas, mas, em compensação, a gente tem esse ganho por parte dos alunos, de eles se tornarem também cidadãos, de despertar neles também a criticidade, o desenvolvimento social, o relacionamento deles e, já partindo no último ano do ensino, já colocando ele no mundo do trabalho como um cidadão que ele tem que ser, dando um sentido no estudo, que o estudo que a gente faz no ensino médio não é só para o vestibular, é também para a vida, para vida inteira, o que a gente aprende durante os nossos estudos, no ensino fundamental e no ensino médio é para a vida inteira e essa disciplina ela faz isso. Então, por isso eu não acho uma perda muito grande em tirar uma aula dessas outras disciplinas (Coordenador da escola Dona Thereza Odette).

Para a gente aqui, a gente avalia como seja de forma positiva, mas é inegável que há uma discussão sobre a questão de ter apenas uma aula por determinada disciplina, mas, de certa forma, a gente avalia como positivo (Coordenador da escola Antônio Pereira de Farias).

Essa é uma questão que requer uma reflexão muito complexa por todos que fazem a instituição, no sentido de analisar os pontos positivos e negativos da inserção de uma nova



disciplina no currículo e a redução da carga horária de disciplinas tradicionais e fundamentais para a formação dos alunos. Os mais prejudicados, neste caso, foram os alunos e professores que tiveram que se adequar à nova realidade. E, no caso dos últimos, há ainda um agravante: o fato de lhes ter sido imposta uma situação em que não tiveram a oportunidade de manifestar suas opiniões.

O currículo em si não é neutro. Existe a participação dos sujeitos que, através das discussões formalizadas em torno de uma seleção de prioridades de atividades a serem desenvolvidas nas instituições oficiais de educação, dão forma e vida a um documento que desenvolve um papel fundamental no ensino e na prática pedagógica. De acordo com Apple (2013, p. 71),

O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de algum modo aparece nos textos e nas salas de aula de uma nação. Ele é sempre parte de uma *tradição seletiva*, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo.

Nesse sentido, entendemos que o currículo é um campo político e pedagógico onde se estabelecem relações dialéticas entre os sujeitos que desenvolvem os saberes a partir de outros preexistentes. É, pois, um processo dinâmico no qual tudo se constrói e se reconstrói a partir da realidade e das relações antagônicas dos sujeitos, na busca de elementos que possam fortalecer a prática docente e o processo de ensino-aprendizagem.

A partir do momento em que foi reduzida uma hora/aula de Geografia do currículo trabalhado nas escolas em questão, muitos conhecimentos importantes para a formação dos estudantes do ensino médio deixaram de ser abordados, criando, portanto, uma lacuna na aprendizagem, mormente em termos de apropriação de conhecimentos relacionados à problemáticas socioambientais presentes atualmente na sociedade.

Consideramos que a redução de uma hora/aula de Geografia do currículo não permite que haja tempo suficiente para o estudo mais aprofundado de determinados conhecimentos espaciais. A fim de constatar essa realidade, indagamos aos professores como eles avaliam a retirada de uma hora/aula de Geografia para a inserção de outros conhecimentos, isto é, se isso tem trazido benefícios ou prejuízos para a aprendizagem dos alunos.

Com relação à disciplina de Geografia houve prejuízos seríssimos porque acaba se tornando uma aula para o aluno receber uma nota, porque o professor é obrigado a dar uma nota para o aluno, inclusive, agora, uma terceira nota. Antes, no início do ano, era a primeira e segunda nota e agora é obrigado a dar uma terceira nota por quê? Porque os alunos estão tirando muita nota baixa; então é preciso dar nota de participação, nota, inclusive, pela frequência do aluno, nota, inclusive, pelo aluno não



usar o celular na sala de aula. Então, o que eu acho é o seguinte: que uma aula só serve para dar a nota do aluno (Professora da Escola Dona Thereza Odette).

Olha, a retirada dessa aula, ela está sendo uma perda, assim, irreparável na vida dos alunos [...]. A pessoa que teve essa ideia... eu não sei qual foi a intenção dela [...]. Então, tirando essa hora, deixa o professor assim preso porque os conhecimentos da Geografia abrangem tudo, praticamente. Então, a Geografia tá muito atual. Ao mesmo tempo que ela fala do passado, fala das transformações que aconteceram na sociedade, ela é muito atual (Professor da Escola Antônio Pereira de Farias).

Como professora de Geografia, compreendemos a dificuldade com a qual os professores estão se deparando por ter somente uma aula por turma nas escolas analisadas. Torna-se angustiante o fato de o professor perceber que muitos conteúdos importantes para a formação dos alunos estão deixando de ser ensinados, fato que pode acarretar prejuízos, posteriormente, na vida estudantil e profissional dos estudantes.

Diante disso, visando compreendermos a importância dos conhecimentos geográficos no currículo, fizemos o seguinte questionamento aos professores: qual a importância dos conhecimentos geográficos no currículo do ensino médio?

Pelo que já observei, inclusive agora tendo a possibilidade de fazer a escolha do livro didático, eu acho bastante interessante em relação aos conhecimentos no currículo, em que se diferencia em relação a primeiro, segundo e terceiro ano. No primeiro ano, a gente observa que eles deixam bem claro a Geografia Física para os alunos do primeiro ano, a cartografia; no caso do segundo ano já se coloca mais em relação ao currículo a questão de população, de urbanização, de indústria; e no terceiro ano já entra mais a questão de geopolítica, de capitalismo, em relação aos conflitos, em relação a conflitos mundiais, Oriente Médio, blocos econômicos, integração regional e a globalização tem, assim, um enfoque bem grande na questão do terceiro ano. Então, eu acho que os conhecimentos no currículo do ensino médio estão bons, o problema é que na escola houve essa desvalorização (Professor da escola Dona Thereza Odette).

A importância da Geografia no currículo é muito grande, de suma importância, porque a Geografia, ela é uma ponte; ela leva o aluno a ter uma compreensão mais aprofundada do mundo. Por exemplo, nas questões mais humanistas, na questão da política, na questão do território, na questão até de ele entender que ele é um ser que tá ali para transformar o mundo (Professor da escola Antônio Pereira de Farias).

Nesse sentido, a Geografia deve cumprir o seu papel no currículo escolar, pois, “[...] visa formar um cidadão comum que necessita de ferramentas intelectuais variadas para situar-se na sociedade e compreender o mundo físico e social em que vive” (BITTENCOURT, 2011, p. 46). A autora ainda acrescenta:

Cada disciplina formula seus objetivos no intuito de contribuir para uma formação intelectual e cultural que desenvolva o espírito crítico e capacidades diversas de comparação, dedução, criatividade, argumentação lógica e habilidades técnicas, entre outras. Os objetivos específicos de cada disciplina escolar, entretanto, são determinados de acordo com os objetivos gerais da escola, os quais se definem de forma mais sutil, com variáveis explícitas ou implícitas como a socialização, os



comportamentos individuais e coletivos, a ‘disciplina do corpo’, a obediência a normas, horários, padrões de higiene etc. (BITTENCOURT, 2011, p. 41-42).

Na disciplina Geografia, em especial, defende-se que assuntos relacionados ao cotidiano dos alunos ganhem destaque no currículo do ensino médio, como forma de estímulo à aprendizagem significativa. É necessário que se pense um currículo que atenda às reais necessidades dos jovens, pois, conforme Cavalcanti (2012, p. 115),

Os jovens do mundo contemporâneo se caracterizam também, conforme se pode deduzir das análises de profissionais como psicólogos, psicanalistas, sociólogos, educadores, pelos seguintes aspectos: forte relação com os meios de comunicação e informação; fascínio por imagens e movimentos; adesão acentuada à sociedade de consumo; valorização do prazer individual e imediato; individualismo; valorização da liberdade em todos os aspectos; insegurança quanto ao futuro.

Dessa forma, a educação tem um papel social muito importante a cumprir atualmente na vida dos jovens estudantes, e, nesse contexto, a Geografia e as demais disciplinas das Ciências Humanas têm uma parcela de contribuição significativa, sendo fundamental a permanência de sua carga horária completa no currículo de todas as escolas, assim como a sua obrigatoriedade no currículo nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que toda e qualquer intervenção no currículo necessita de maiores discussões por parte da comunidade escolar, pois as mudanças podem ser positivas ou não, de acordo com o que constatamos nas percepções dos professores das escolas analisadas. No relato dos professores, percebemos a dificuldade que eles têm com a redução da carga horária da disciplina Geografia.

Há uma perda considerável com a retirada de uma aula de Geografia do currículo. Consideramos isso não só pela questão da redução da carga horária do professor — que não deixa de ter prejuízos —, mas porque muitos conhecimentos importantes para a formação dos estudantes deixam de ser trabalhados.

Reafirmamos que não é com a mudança do currículo que os problemas que afligem os jovens no Brasil serão resolvidos e, muitos menos, com a clara intenção política de, nessas reformas curriculares, reduzir e desvalorizar a formação humana dos jovens escolares.

As mudanças em curso no ensino médio do país sinalizam um claro “retrocesso” aos Estudos Sociais e à Educação Moral e Cívica, conhecimentos que foram instituídos pela LDB



de 1971 (Lei 5.692) e “[...] contribuiram para causar danos à formação de toda uma geração de estudantes” (PONTUSCHKA; PAGANELLI; CACETE, 2007, p. 59). Tais conhecimentos “voltam” ao currículo escolar com a fusão disfarçada de Itinerários Formativos de “livre” escolha dos alunos.

Sem querer sobrevalorizar a importância de uma disciplina escolar em relação à outra, não podemos negar o fato de que, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática — que são ministradas em quatro a cinco aulas semanais por turma —, a redução de 1 (uma) hora/aula (e ainda em forma de rodízio semestral) tende a não acarretar tantos prejuízos para a formação do aluno. Porém, para disciplinas como Geografia, História e Biologia, que possuem apenas duas aulas semanais, a retirada de 1 (uma) hora/aula (por vários semestres consecutivos) gera muitos prejuízos para a prática docente e para a aprendizagem de seus conteúdos.

É preciso que haja a realização de mais pesquisas e reflexões que avaliem os impactos dessas mudanças nas práticas de ensino e na aprendizagem dos nossos jovens alunos, levando em consideração sua classe social, a infraestrutura das escolas e as condições de trabalho dos docentes. Não é possível dissociar tais questões quando se discute o suposto fracasso do ensino médio nas escolas públicas, sob o risco de apenas culpar os professores, os alunos ou as próprias escolas.

A partir da identificação dessa realidade é possível pensar, com maior propriedade, nas mudanças cabíveis para a reestruturação do currículo do ensino médio no Brasil. E, mais uma vez, ressaltamos que as mudanças precisam ser feitas com maior participação e engajamento da comunidade escolar para que as transformações possam ter respaldo e efeito no sistema educacional.

REFERÊNCIAS

APLLE, Michael W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antonio Flavio; TADEU, Tomaz. (Orgs.) **Currículo, cultura e sociedade**. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Base para o ensino de 1º e 2º graus (LDB). **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Brasília, 1971.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.



BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.
Acesso em: 10 agosto de 2020.

BRASIL. Lei nº. 13.415, Reforma do Ensino Médio. Pág. 1. Seção 1. **Diário Oficial da União**, 17 de fevereiro de 2017.

BITTENCOURT, Circe. O que é disciplina escolar? In: _____. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4. ed., São Paulo: Cortez, 2011. p. 33-52.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A Geografia e a realidade contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais. **Anais...** Belo Horizonte, novembro de 2010.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas/SP: Papyrus, 2012.

FERREIRA, Maria Salomilde. Currículo: que conteúdos são ensinados e aprendidos? **Linguagens, Educação e Sociedade**, ano 12, n. 17, p. 09 - 20, Teresina, jul./dez. 2007.

GOMES, Maria Ferreira. **O conhecimento geográfico diante das mudanças nas políticas de currículo e de avaliação do ensino médio**. 2018. 103f. Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Centro de Ciências Humanas. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia - MAG) Sobral-CE, 2018.

GIROTTI, Eduardo Donizeti. Ensino de Geografia e Raciocínio Geográfico: as contribuições de Piaget para a superação da dicotomia curricular. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 5, n. 9, p. 71-86, Campinas, jan./jun., 2015.

KUENZER, Acacia. O Ensino Médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 70, abril, 2000. p. 15-39

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2015.

MARQUES, Júlia. Enem: 'Joguei R\$ 300 milhões na lata do lixo', diz ministro sobre ausentes... **Uol Notícias**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2021/09/16/enem-joguei-r-300-milhoes-na-lata-do-lixo-diz-ministro-sobre-ausentes.htm>
Acesso em: 16 set. 2021

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura. In: BEAUCHAMP, Janete et al. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 48p.

ORSO, Paulino José. Reestruturação curricular no caminho inverso ao ideário do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org). **Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. 144p.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I; CACETE, N.H. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo. O currículo oficial para o ensino médio de Geografia: as



prescrições oficiais do estado brasileiro (1995-2010). In: FARIAS, Paulo Sérgio Cunha Farias et al. (Orgs.) **A formação docente em Geografia: teorias e práticas**. 1 ed. Campina Grande: EDUFPG, 2014.

SAVIANI, Dermeval. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. **Roteiro**, [S. l.], v. 45, p. 1–18, 2020. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/21512> Acesso em: 27 nov. 2020

SILVA, Raimundo Paulino. A escola enquanto espaço de construção do conhecimento. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 139, dez. 2012.

SOUZA JÚNIOR, Marcílio; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das disciplinas escolares e história da Educação: algumas reflexões. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 391-408, São Paulo, set./dez. 2005.

VESENTINI, José William. **Pensando a Geografia escolar para o século XXI**. São Paulo: Plêiade, 2009.